

Construindo uma agenda para o monitoramento e avaliação da cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento: Reflexões a partir do caso brasileiro

Melissa Pomeroy
Laura Trajber Waisbich
Luara Lopes¹

Historicamente a cooperação Sul-Sul (CSS) emerge das lutas anticoloniais a partir dos anos 1950, para promover autonomia dos países em desenvolvimento e um sistema global menos desigual. Na década de 2000, as relações Sul-Sul ganham novo impulso e o Brasil se torna um ator importante da cooperação internacional para o desenvolvimento. Desde então, inovações foram forjadas entre os países do Sul Global visando transcender as assimetrias estruturais, econômicas e sociais, existentes entre os países.

Em uma conjuntura onde os limites do modelo tradicional da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) são amplamente reconhecidos, a CSS desperta uma série de expectativas. Entretanto, ao lado das expectativas positivas, há também questionamentos: até que ponto estes “novos atores” estariam de fato promovendo uma mudança substantiva nas práticas de cooperação internacional?

Se por um lado, “parceiros tradicionais do desenvolvimento” buscam entender como CSS se diferencia da AOD e quais tipos de resultados vem apoiando. Por outro, constituencies domésticas dos “novos parceiros” se mobilizam para melhor entender e influenciar esse instrumento de política externa. Ainda, as instituições governamentais cooperantes - implementadoras e coordenadoras - apontam para a necessidade de investir na sistematização dos aspectos inovadores de suas ações assim como melhor compreender seus efeitos, com vistas a informar decisões estratégicas e aprimorar as iniciativas de cooperação existentes e futuras.

Destaques sobre monitoramento e avaliação (M&A) da cooperação Sul-Sul brasileira:

> Há uma crescente demanda pela criação de sistemas de M&A que facilitem aprendizados, apoiem o aprimoramento das iniciativas e contribuam para a prestação de contas doméstica e entre pares.

> As especificidades da cooperação Sul-Sul devem balizar tais esforços, atentando para como os princípios da cooperação Sul-Sul apoiam a consecução de resultados de desenvolvimento para todos os parceiros e para a natureza das mudanças fomentadas pelas estratégias utilizadas.

> Sistemas robustos de M&A da cooperação Sul-Sul são essenciais para informar a construção de uma política brasileira de cooperação, um marco regulatório adequado para a mesma e a agenda de desenvolvimento internacional. Tal debate se beneficiaria da contribuição de um amplo leque de atores.



Consequentemente, surge uma demanda crescente pela criação de um marco conceitual e metodológico para orientar as práticas de monitoramento e avaliação (M&A), permitindo, entre outras coisas, a sistematização de aprendizados, o aprimoramento da gestão e performance das iniciativas, assim como prestação de contas. Além disso, sendo a CSS reconhecida como meio de implementação da nova agenda global de desenvolvimento, a Agenda 2030², é importante considerar também a necessidade de fortalecer a base de evidências que contribuam para o informar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)³. Tal agenda enfatiza a necessidade do uso de sistemas nacionais de avaliação e aponta para a importância de marcos negociados, entendendo os papéis, responsabilidades e contribuições de cada uma das partes.

Particularmente no âmbito da gestão da Cooperação Brasileira, planejamento estratégico, mensuração, M&A e sistematização das lições aprendidas configuram-se como elementos chave para qualificar e orientar o debate público sobre a construção de uma futura política brasileira de cooperação e um marco regulatório adequado para a

mesma⁴. Ainda, enfatizamos o papel que práticas consolidadas de M&A podem assumir no sentido de contribuir para o diálogo e reflexão estratégica junto aos países parceiros e, domesticamente, para promover maior transparência sobre a atuação brasileira no campo do desenvolvimento internacional.

Este “Perspectivas” levanta brevemente alguns elementos com o objetivo de subsidiar o debate sobre o M&A da CSS, a partir das singularidades apresentadas pelas práticas brasileiras. Os elementos aqui registrados registram reflexões oriundas de algumas avaliações de iniciativas da cooperação brasileira⁵, assim como aprofundam alguns pontos discutidos nos “Diálogos sobre a Cooperação Sul-Sul (ver Box 1). Nas próximas páginas traçamos algumas reflexões sobre o M&A da cooperação técnica Sul-Sul (CTSS), considerando: o objeto central dessas iniciativas, qual seja, o fortalecimento de capacidades; o desdobramento dos princípios da CSS nas práticas e pistas para sua operacionalização durante o M&A; desafios relacionados aos instrumentos de planejamento e gestão e suas implicações para o M&A; reflexões e uma síntese de possíveis caminhos e ações com potencial para fortalecer as práticas de M&A.

1. Nosso especial agradecimento a Bianca Suyama, por sua contribuição durante a elaboração do texto.

2. ESTEVES, Paulo. Agora somos todos países em desenvolvimento? A Cooperação Sul-Sul e os ODS. Genebra: International Centre for Trade and Sustainable Development, Pontes, v. 13, n. 2, 8-12.

3. WAISIBICH, Laura T.; SILVA, Daniel M.; SUYAMA, B. Aprimorando o monitoramento e a mensuração dos fluxos da cooperação Sul-Sul do Brasil: Rumo a uma metodologia participativa, pública e inclusiva. São Paulo: Articulação Sul, 2017.

4. MILANI, Carlos R. S. ABC 30 anos: história e desafios futuros. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, Ministério de Relações Exteriores, 2017, 224 p.

5. Entre elas: (i) Avaliação do projeto “Apoio ao desenvolvimento do setor algodoeiro dos países do C-4” (Benin, Burkina Faso, Chade e Mali), 2015. Coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação; (ii) Em parceria com MOVE Avaliação e Estratégia em Desenvolvimento Social, a Avaliação de impacto das atividades e elaboração do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Centro de Excelência contra a Fome 2011-2016, parceria entre Governo Brasileiro e Programa Mundial de Alimentos; (iii) Avaliação do projeto “Desenvolvimento de Capacidades de Gestão da Cooperação Sul-Sul e Triangular”, parceria entre Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul, Agência Japonesa de Cooperação e Agência Brasileira de Cooperação; (iv) Estudo de Avaliabilidade do projeto “Cooperação Sul-Sul para a promoção do trabalho decente em países produtores de algodão na África e América Latina”, parceria entre Governo Brasileiro e Organização Internacional do Trabalho. As opiniões e reflexões aqui registradas não refletem necessariamente a posição das organizações mencionadas, nem os resultados das avaliações e estudo.

BOX 1. “DIÁLOGOS SOBRE A COOPERAÇÃO SUL-SUL”

Uma série de debates sobre o tema da mensuração e M&A da CSS, reuniram um rol diverso de atores, tais como agências da CSS de doze países, Organizações Internacionais, agências implementadoras brasileiras e organizações não-governamentais brasileiras. Inovadora em seu tema e formato, a iniciativa foi organizada, em janeiro de 2017, pelo BRICS Policy Center, em colaboração com a Agência Brasileira de Cooperação e com o apoio do Articulação Sul.

Os participantes salientaram a importância de avaliar a CSS e a necessidade de criar marcos de M&A que respeitem as singularidades e a diversidade da CSS. Debateu-se sobre a potencial contribuição da avaliação da CSS para o aprimoramento das iniciativas, para a transparência e o controle social, para dar visibilidade aos aportes da CSS para o desenvolvimento internacional, bem como para a expansão das bases de apoio da CSS domesticamente.

Dentre os tópicos discutidos ganhou saliência a questão do foco da CSS, sobretudo em sua modalidade técnica, no “desenvolvimento de capacidades”. Destacou-se ainda a importância de apostar em estratégias de M&A que incorporem os princípios de CSS e contribuam para gerar aprendizados a todas as partes cooperantes. O resultado dos debates encontra-se sistematizado no documento “Caminhos para a construção de sistemas e processos de monitoramento e avaliação da cooperação Sul-Sul”.

Foco no fortalecimento de capacidades

A cooperação técnica brasileira têm como foco o intercâmbio horizontal de conhecimentos com vistas a apoiar processos de fortalecimento das instituições e setores considerados chave para a gestão de políticas públicas e para o processo de desenvolvimento dos países parceiros. O fortalecimento das capacidades pode ser entendido como a “identificação, mobilização e expansão de conhecimentos e competências disponíveis no país parceiro, com vistas à conquista da autonomia local para o desenho e implementação de soluções endógenas para os desafios do desenvolvimento”⁶. Assim, considerando o apoio ao desenvolvimento de capacidades como objeto de M&A, destacamos brevemente algumas implicações

que julgamos relevantes para informar uma agenda de M&A, quais sejam, a importância de aprofundar o entendimento sobre as mudanças esperadas nas dimensões das capacidades apoiadas pelas iniciativas, o significado de avaliar resultados apoiados pelas iniciativas de cooperação, e a aprendizagem como elemento norteador de estratégias de M&A.

Apesar do relativo consenso conceitual sobre as dimensões de capacidades (individuais, organizacionais, interinstitucionais e sociais)⁷, apenas ganhou força recentemente o debate sobre como operacionalizar essas dimensões em critérios e indicadores, assim como quais as melhores metodologias para avaliar mudanças decorrentes dos projetos de apoio ao fortalecimento de capacidades no marco da cooperação para o desenvolvimento⁸. Entretanto, ainda não existe um corpo de conheci-

6. Brasil. “Manual de gestão da cooperação técnica Sul-Sul”. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, Ministério de Relações Exteriores, 2013.

7. Para uma sistematização das dimensões mais comuns no campo da cooperação internacional, ver PEARSON, Jenny. LenCD Learning Package on Capacity Development. Part 1: The Core Concept. Learning Network on Capacity Development. 2011.

8. Ver The World Bank. “Guide to Evaluating Capacity Development Results”. Washington: World Bank, 2012. Para exemplos de iniciativas que buscam aprofundar o M&A do fortalecimento de capacidades, ver: SIMISTER, Nigel; SMITH, Rachel. “Monitoring and Evaluating Capacity Building: is it really that difficult”. International NGO Training and Research Centre. Praxis Paper, 23. INTRAC, 2010; (ii) UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. “Measuring Capacity”. New York: UNDP, 2010.

mento prático consolidado sobre o M&A do fortalecimento de capacidades para ser aplicado em contextos e iniciativas variados. Ainda, considerando o caráter multidimensional das capacidades, existem desafios importantes em como avaliar se, efetivamente, as estratégias escolhidas para apoiar o fortalecimento de capacidades dos parceiros se traduzem em avanços mensuráveis no sentido de gerar inovações e impactos. Aprofundar reflexões sobre as mudanças nos âmbitos das capacidades pode levar a aprendizagens importantes sobre a pertinência e relevância das estratégias de CSS.

O foco do M&A no desenvolvimento de capacidades também aponta para a importância de aprofundar o debate sobre o significado de avaliar resultados da CSS. No marco de parcerias para o desenvolvimento, para além da avaliação das contribuições das iniciativas de cooperação ao fortalecimento das capacidades nacionais, **é importante explorar** em que medida os resultados alcançados conjuntamente contribuem – a longo prazo - para promover objetivos de desen-

volvimento. Entretanto, tais impactos, que respondem à efetividade e eficácia dos planos, políticas e programas nacionais, devem ser avaliados pelos atores nacionais. No marco da parceria é possível explorar os âmbitos de contribuição da cooperação, visando o diálogo político e o aprendizado mútuo.

Finalmente, em consonância com os próprios processos de apoio ao desenvolvimento de capacidades, as estratégias de M&A devem apoiar processos de aprendizagem, identificando mudanças e proporcionando explicações sobre fatores de sucesso e desafios. O aprendizado sobre as mudanças é, portanto, reconhecido como um “instrumento estratégico de mudança social e econômica”⁹. Nessa perspectiva, e considerando que processos de mudança costumam ser não-lineares e multifacetados, as abordagens tradicionais de M&A focadas exclusivamente na mensuração de resultados pré-determinados nos marcos lógicos registrados no início dos projetos, merecem ser revisitadas e complementadas.

A importância do processo: horizontalidade e cooperação sob-demanda desde uma perspectiva continuada

A experiência da cooperação técnica brasileira aponta para a importância da atuação sob-demanda e de investir na horizontalidade das relações e na participação dos parceiros como estratégias que fortalecem a autonomia e promovem maior apropriação. Essas premissas podem orientar a formulação de estratégias de M&A que investiguem em que medida as particularidades impressas pela CSS nos processos contribuem para o alcance de resultados de desenvolvimento.

A cooperação orientada pela demanda normalmente diz respeito à demanda inicial formulada por um país. Entretanto, uma análise mais atenta das práticas de cooperação brasileira aponta para a

possibilidade de ampliar o entendimento do princípio, pois durante a implementação das iniciativas de cooperação, costumam surgir novas demandas, assim como a necessidade de ajustes, decorrentes de um maior conhecimento mútuo e que visam explorar possibilidades não previstas no momento inicial.

A horizontalidade das relações entre parceiros concretiza-se em práticas de gestão, como os Comitês de Acompanhamento de Projetos (CAP), que favorecem espaços e momentos de reflexão operacional e estratégica, constantes e participativos, permitindo a correção de rumos ao longo da implementação e facilitando a revisão de atividades e resultados de acordo com as necessidades impostas por mudanças no contexto dos países cooperantes ou até mesmo, como resultado de melhor compreensão dos desafios a serem enfrentados. Ainda, vale destacar que o princípio da horizontalidade aponta também para a necessi-

9. THE WORLD BANK INSTITUTE. “The Capacity Development Results Framework. A strategic and results-oriented approach

to learning for capacity development”. World Bank Institute, 2009.

dade de acordar critérios e dimensões do M&A de maneira participativa entre os países envolvidos.

Assim, a cooperação sob-demanda e a horizontalidade nas negociações podem ser entendidos como princípios que orientam todos os as-

pectos e momentos das parcerias e que impactam continuamente a concepção dos objetivos das iniciativas, assim como visam promover condições para a consecução e sustentabilidade dos resultados esperados.

Aposta nos benefícios mútuos

O princípio de benefícios mútuos, por sua vez, desdobra-se em diferentes dimensões. A primeira delas diz respeito aos tipos (ou à natureza) dos benefícios advindos das iniciativas de CSS, como podem ser ganhos políticos, econômicos e comerciais, tidos como eventuais consequências diretas ou indiretas das iniciativas, mas dificilmente antecipáveis e mensuráveis; e os aprendizados institucionais (formais e informais) adquiridos pelas instituições cooperantes e que podem gerar aprimoramentos na concepção e implementação de políticas públicas.

A segunda dimensão diz respeito a como mensurar esses ganhos e aprendizados. Por um lado reconhece-se que os benefícios para os distintos parceiros não serão os mesmos, nem tampouco equivalentes. Por outro, é importante admitir que estes diferentes níveis de benefícios (impactos de desenvolvimento setoriais, ganhos no âmbito da concertação política entre países, ganhos econômicos) não são sempre verificáveis no curto prazo ou mensuráveis quantitativamente. Ainda sim, almejando uma maior sustentabilidade das parcerias e coerência entre as iniciativas de CSS, parece importante que todos os parceiros se esforcem em explicitar no momento da nego-

ciação (e com eventuais ajustes ao logo da implementação) os benefícios e ganhos esperados.

No caso da CSS do Brasil, entretanto, ainda existe um longo caminho a ser perfilado no que diz respeito à sistematização de aprendizados e benefícios mútuos. Apesar de relatos pontuais sobre aprendizados e benefícios gerados durante os intercâmbios com os parceiros, são poucos e embrionários os mecanismos institucionais consolidados que permitam uma reflexão mais aprofundada dos resultados dessas trocas e os benefícios identificados para as instituições ou políticas brasileiras¹⁰. A medida em que forem amadurecendo, essas reflexões podem gerar mais clareza e consenso sobre as tensões entre este princípio de benefícios mútuos e o de cooperação solidária, orientador da CSS brasileira durante a primeira década do século 21. Ainda que pareçam por vezes irreconciliáveis no âmbito das narrativas, no contexto atual é crucial que os cooperantes nacionais tenham mais informações e clareza sobre o que fazem e por que fazem, e mais insumos para decidir estrategicamente em que projetos investir recursos humanos e financeiros. Neste sentido, avaliações que promovam maior entendimento sobre benefícios mútuos tendem a fortalecer a atuação institucional, bem como o campo da CSS no Brasil.

10. SOUZA, André M e; POMEROY, Melissa; ESTEVES, Paulo; ASSUNÇÃO, Manaira; ADAMS, Karin; PAZ, Leonardo. "Monitoring and evaluation mechanisms for South-South and triangular development cooperation: lessons from Brazil for the 2030 Development Agenda". UNDP. 2016.

Dimensões de mudança: um olhar empírico sobre resultados da CSS brasileira

Para além dos objetivos expressos formalmente pelas iniciativas de cooperação, as avaliações e pesquisas conduzidas apontam para resultados sistêmicos e que extrapolam o âmbito dos resultados previstos no marco de iniciativas específicas. Tais evidências, que devem ser exploradas por futuros estudos e avaliações para refutar ou comprovar sua relevância, apontam para dimensões de mudança que têm o potencial de contribuir para a criação de ambientes favoráveis ao desenvolvimento, tanto no âmbito nacional dos parceiros, como internacionalmente.

Um exemplo nesse sentido é o potencial ‘inspiracional’ da CSS Brasileira em âmbitos como a abordagem intersetorial das políticas e programas que foram exitosos na trajetória de desenvolvimento brasileira e a experiência consolidada na implementação de políticas públicas¹¹, bem como o comprometimento político por parte de um país do Sul com estratégias autônomas de superação dos desafios de desenvolvimento. Além de proporcionar legitimidade à atuação brasileira no campo da CID, tal ‘fator inspiracional’, aliado ao envolvimento significativo de atores nacionais relevantes durante todas as etapas das iniciativas, contribui para a facilitação do diálogo e construção de consensos, possibilitando a criação de ambientes favoráveis à introdução e implementação de soluções polí-

ticas, por sua capacidade de mobilizar os atores nacionais e construir coalizões que sustentam e legitimam uma determinada política.

Outra dimensão diz respeito à contribuição da cooperação brasileira para o próprio campo da cooperação internacional. A participação brasileira em arranjos trilaterais tem gerado externalidades positivas também para doadores de países desenvolvidos ou organizações internacionais, arejando o cenário de crise da cooperação tradicional e experimentando formatos alternativos. Entre estas externalidades, destacamos não apenas a ampliação do campo de concertação política que favorece a todas as partes, mas também o fato da implementação compartilhada de projetos gerar aprendizados - tanto sobre os princípios da CSS como sobre os conhecimentos disseminados pelo Brasil - e informar reflexões sobre as práticas dos parceiros tradicionais da Cooperação Norte-Sul.

Por fim, uma última dimensão de mudança observada dialoga com resultados de fortalecimento da CSS e de expansão dos espaços de diálogo entre países do Sul. Para além do marco negociado para cada projeto ou iniciativa, é possível vislumbrar resultados mais sistêmicos na emulação de práticas de cooperação e diálogo sul-sul entre os cooperantes com outros países terceiros. Uma fronteira interessante a ser explorada em futuras avaliações diz respeito à existência de efeitos multiplicadores que promovem novos impulsos de CSS e fortalecem o campo como um todo.

Instrumentos de planejamento e gestão que apoiam a avaliação

Algumas das dificuldades enfrentadas no campo da avaliação dos projetos de CSS é a fragilidade dos marcos lógicos, a inexistência de linhas de base, e a insuficiência da produção de informações relevantes para

o monitoramento e avaliação durante a implementação das iniciativas.

Por vezes, os marcos lógicos: (i) expressam uma lógica de projetos tradicionais – focado em resultados nas populações beneficiárias dos países parceiros e deixam de fora resultados relativos ao desenvolvimento de capacidades; (ii) não proporcionam a

11. SANTARELLI, Mariana; SUYAMA, Bianca. “Brazilian food and nutritional security in Africa: Planting seeds in unfamiliar soil”. Thematic Report on Social Protection. Rio de Janeiro: Rio+ Centre. 2016.

clareza necessários para monitorar o projeto, com implicações para a avaliação. Vale destacar, entretanto, que em muitos casos, é no próprio marco da implementação dos projetos que muitos dos esclarecimentos sobre o marco lógico acontece, inclusive com um leque maior de atores que estarão mais diretamente envolvidos no desenvolvimento das ações.

A linha de base é o retrato da situação inicial do projeto e será utilizada para analisar até que ponto determinada iniciativa contribuiu, de fato, para alcançar as mudanças esperadas. Para aquelas iniciativas que têm como foco o desenvolvimento de capacidades é necessário um diagnóstico sobre as capacidades a serem fortalecidas, para que este sirva como linha de base para a futura avaliação do projeto. A linha de base pode ser construída a partir de processos de auto-diagnóstico com os principais atores nacionais en-

volvidos, que são ao mesmo tempo formativos e com potencial de desencadear mudanças. Além disso, tais processos também contribuem para ajustar as expectativas entre os parceiros sobre os principais âmbitos de contribuição.

Outra dificuldade frequentemente encontrada nas avaliações diz respeito ao monitoramento dos projetos e, mais especificamente, à fragilidade dos instrumentos e processos de geração e sistematização de informações durante a implementação das iniciativas. Nem sempre é possível reconstruir um relato fiável das iniciativas de cooperação por conta de lacunas como a ausência de registro das atividades realizadas, perfil de participantes ou conteúdos abordados. Ainda em alguns casos as informações existentes são fragmentadas, não comparáveis ou inconsistentes.

Reflexões

A institucionalização do debate sobre CSS e cooperação trilateral (CTr) na última década reforça a importância das mesmas para a agenda contemporânea de desenvolvimento internacional. No entanto, desde o Resultado de Nairóbi (2009) uma segunda geração de temas emergiu e carece de reconhecimento e institucionalização multilateral: nela, o M&A é central e inseparável de discussões mais amplas sobre marco conceitual e governança da CSS.

Seria simplista considerar os princípios que informam as práticas de CSS como indicadores de conformidade das iniciativas no terreno: porém, na medida em que se afirmam como vetores de diferenciação da “ajuda tradicional” e facilitadores para a consecução de resultados, podem ser úteis para pensar dimensões de avaliação que tenham em conta justamente os aspectos particulares da CSS e CTr.

O contexto atual é propício ao investimento institucional por parte dos órgãos públicos brasilei-

ros em consolidar práticas de M&A que promovam aprendizado mútuo e proporcionem evidências sobre a contribuição da CSS para o desenvolvimento internacional, possibilitando que o país participe do debate internacional de forma consistente e informada. Mais do que verificar se as práticas da CSS correspondem aos seus princípios, o M&A avança o debate nacional sobre as estratégias de CSS escolhidas, seus acertos e seus erros. Tal reflexão, por sua vez, é um insumo necessário para a consolidação institucional do campo da CSS no Brasil, dentro de cada agência implementadora e do Ministério das Relações Exteriores, contribuindo também para a construção da futura política nacional de cooperação.

É, portanto, necessário investir, material e simbolicamente, em sistemas mais robustos de M&A para a CSS, mesmo em tempos de restrições financeiras, atentando – no caso-a-caso – para os *trade-offs* entre os altos custos de desenvolver avaliações e os custos políticos e institucionais de não tê-los.

Possíveis caminhos para fortalecer as práticas de M&A da CSS brasileira

➤ **Aprofundar a reflexão sobre os âmbitos de mudança das capacidades,** Essa reflexão se beneficiaria da participação dos parceiros e agências implementadoras, assim como da sistematização de experiências passadas.

➤ **Estimular uma reflexão estratégica para identificar aprendizados e benefícios mútuos** obtidos em diferentes projetos, com e entre as agências implementadoras e outros atores, como Itamaraty e sociedade em geral.

➤ **Explorar diferentes modalidades de avaliação,** no que diz respeito a: (i) o objeto das avaliações (projetos, programas, carteira de projetos bilaterais,

regionais ou setoriais); (ii) metodologias utilizadas e; (iii) participação e contribuição de diferentes atores (universidades, consultores, órgãos especializados do governo, países parceiros). O resultado desse processo, sistematizado, tem o potencial de oferecer aprendizado relevante para uma agenda de avaliação da CSS.

➤ **Comunicar os resultados das avaliações e estimular o desenvolvimento de capacidades de M&A da CSS,** internamente aos órgãos governamentais envolvidos, junto aos parceiros da CSS, mas também para uma potencial 'comunidade epistêmica', com participação de universidade, sociedade civil e avaliadores independentes.

Esse "Perspectivas" é parte dos esforços do Centro de Estudos e Articulação da Cooperação Sul-Sul de ampliar e qualificar o debate acerca de monitoramento e avaliação da Cooperação Sul-Sul (CSS). As reflexões aqui contidas são fruto do acúmulo da organização no apoio de iniciativas de monitoramento e avaliação da CSS brasileira governamental entre 2015 e 2017 e de sua participação nos "Diálogos sobre Cooperação Sul-Sul". Agradecemos à Oxfam Brasil pelo apoio a nós e ao processo dos Diálogos.



Centro de Estudos e Articulação da Cooperação Sul-Sul
Av. Dr. Arnaldo, 1566 – São Paulo - 01255-000
Tel + 55 (11) 5643-0702
www.articulacaosul.org
info@articulacaosul.org

Design Gráfico: Julia Contreiras
juliacontreiras@gmail.com
São Paulo, 2017